



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

COLÔMBIA



A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA COLÔMBIA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS: contextos particulares no pós-conflito para homicídios e violência sexual

Sumário

Sumário executivo	3
Introdução	4
Metodologia	4
1. Homicídios de mulheres e feminicídios na Colômbia: o declínio dos dividendos da paz	5
2. Violências não letais: o retorno ao caminho pré-Covid-19 e os impactos específicos da violência sexual nos territórios em conflito	9
<i>2.1. Violência Física</i>	9
<i>2.2. Violência Sexual</i>	10
<i>2.3. Violência Psicológica</i>	15
<i>2.4. Subnotificação da violência contra mulheres durante pandemia de Covid-19</i>	16
Considerações finais	18
Notas de fim	19

Sumário executivo

Este relatório detalha a situação da violência contra mulheres na Colômbia, focando nos últimos cinco anos subsequentes aos acordos de paz de 2016 com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Ele utiliza dados da plataforma Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas – EVA,¹ que agrega registros oficiais de saúde e segurança pública.

Com relação aos homicídios, a análise mostra que, entre 2016 e 2019, houve uma diminuição moderada dos homicídios de mulheres, segundo dados da Polícia Nacional. Entre 2019-20, houve uma queda significativa (-16%, atribuída à pandemia de Covid-19), seguida por um aumento de 8% e 1% nos dois anos seguintes. Em um período de 5 anos – de 2018 a 2022 –, a taxa de homicídios de mulheres na Colômbia caiu 10%. Além do aumento dos homicídios no último ano, o número de delitos não letais em 2021 superaram os registrados em 2019, ano sem restrições de mobilidade.

Analisando especificamente os municípios mais afetados² pelo conflito, a redução da taxa de homicídios de mulheres entre 2018 e 2022 foi muito menor (6%) comparada ao restante do país (12%). Isso aponta para um "declínio dos dividendos da paz" nessas regiões, possivelmente devido à combinação de atores ilegais e atividades econômicas ilícitas.

Além disso, taxas elevadas de estupro foram registradas nos territórios impactados pelo conflito após o acordo de 2016, em linha com a literatura internacional sobre legados do pós-conflito e violência de gênero. A diferença entre essas regiões e outras reduziu de 15 pontos em 2018 para 3 pontos em 2022, refletindo um declínio na taxa de estupro entre os municípios em áreas de conflito e o restante do país.

Introdução

O indicador mais utilizado para medir violência no mundo, a taxa de homicídio, esconde uma realidade brutal da experiência de vida das mulheres: elas são as principais vítimas de todos os tipos de violência, exceto homicídios.

Os tipos de violência aos quais as mulheres são submetidas em maiores proporções que os homens costumam ser considerados de “menor gravidade”, por não resultarem em morte. Contudo, os assassinatos de mulheres muitas vezes representam a fase final de uma sucessão de agressões.³ As pesquisas sobre violência contra as mulheres costumam se deparar com a subnotificação dos casos, a inconsistência dos registros e a falta de padronização e confiabilidade das fontes de dados. Desta forma, a desproporcionalidade de vitimização do público feminino em todas as outras formas de violência, exceto a letal, acaba não recebendo a atenção necessária na formulação de políticas públicas e nos debates sobre o tema.

Nesse sentido, a plataforma EVA e as produções que dela derivam buscam contribuir com a sistematização e análise de dados para mapear e entender os padrões das violências contra mulheres, oferecendo subsídios para planejar políticas baseadas em evidências que sejam capazes de reverter o quadro.

Este relatório faz parte dessa contribuição e apresenta o cenário da violência contra mulheres nos últimos cinco anos na Colômbia. A análise tem como base a plataforma EVA, desenvolvida pelo Instituto Igarapé com o apoio da Uber.⁴

Metodologia

Para a sistematização dos dados referentes à violência contra mulheres ao longo dos últimos cinco anos, este relatório utilizou os dados disponíveis na plataforma EVA, que consolida os registros dos sistemas oficiais de saúde e dos órgãos de segurança pública de três países: Brasil, Colômbia e México.⁵

Os números que embasam as discussões presentes neste relatório foram extraídos de duas bases de dados do sistema de saúde colombiano, uma referente à violência letal⁶ e outra relativa à violência não letal,⁷ ambas com informações disponíveis desde 2021. A análise também recebe informações complementares do sistema de segurança pública da Polícia Nacional,⁸ que conta com informações desde 2022.

Figura 1. Bases de dados por período

Base Sistema de Saúde

Letal e Não Letal → 2017-2021

Base Segurança Pública

Letal e Não letal → 2018-2022

Fontes: Instituto Igarapé, baseado nos registros de óbitos (código CID X85-Y09 agressões e Y35-Y36 intervenções legais e operações de guerra) do Instituto Administrativo Nacional de Estatística DANE, Estatísticas Vitais - Óbitos. Para as lesões não letais, os dados são de eventos de interesse em Saúde Pública – Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar SIMGILA, recebidos por solicitação ao Instituto Nacional de Saúde, bem como do sistema de segurança pública (Estatísticas Delitivas do Sistema de Informação Estatístico, Delinquencial Contravencional e Operativo da Polícia Nacional – SIEDCO).

A seguir, apresentamos uma análise da situação da violência letal e não letal contra mulheres e meninas na Colômbia, utilizando dados compilados pela plataforma EVA ao longo dos últimos cinco anos.

1. Homicídios de mulheres e feminicídios na Colômbia: o declínio dos dividendos da paz

Nos últimos cinco anos, de 2018 a 2022, os homicídios de mulheres constituíram 8% do total de homicídios na Colômbia. Embora as tendências anuais nos homicídios de mulheres de certa forma espelhem as flutuações no padrão da violência contra os homens, a redução na taxa de homicídios masculinos foi de apenas 1%. Em contraste, a taxa de homicídios de mulheres diminuiu de forma mais significativa, registrando uma redução total de 10%.

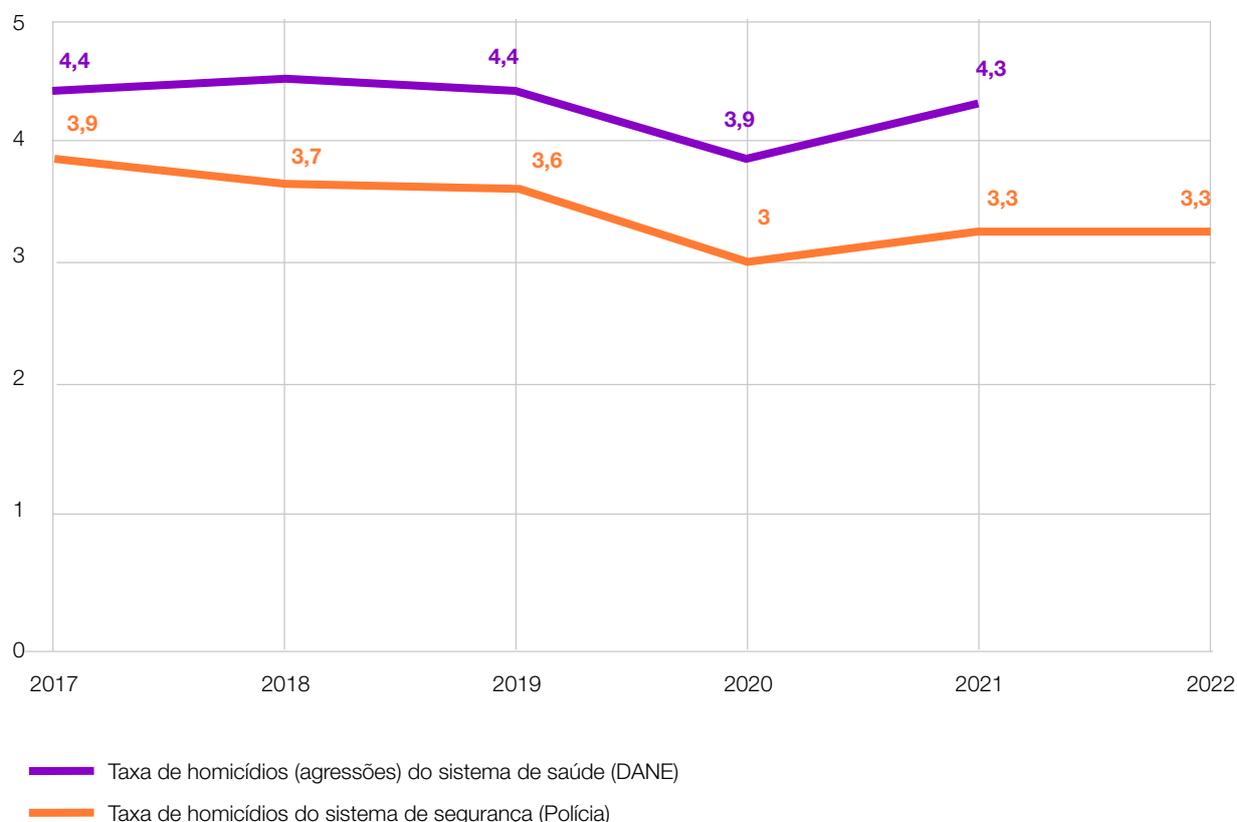
Figura 2. Taxa de homicídio por 100 mil habitantes e número total na Colômbia (2015-2022)

Ano	Número de homicídios - País	Taxa de homicídios - País	% mulheres sobre o total
2015	12.773	27,6	8%
2016	12.343	26,4	8%
2017	11.918	25,1	9%
2018	12.575	26,1	9%
2019	12.656	25,6	9%
2020	12.056	23,9	8%
2021	13.726	26,9	8%
2022	13.375	25,9	7%

Fonte: Instituto Igarapé, com base nos dados fornecidos pelo Monitor de Homicídios.⁹

O número de homicídios de mulheres por cada 100 mil mulheres, fornecidos pelos sistemas de saúde e segurança,¹⁰ indicam uma redução na taxa de homicídio de mulheres logo após a assinatura do Acordo de Paz de 2016 entre o governo colombiano e as FARC. De acordo com os dados da Polícia Nacional, de 2016 a 2019, o país teve variações moderadas na taxa de homicídios de mulheres, seguidas de uma redução significativa entre 2019 e 2020 (-16%).¹¹ Nos dois anos seguintes, houve um aumento de 8% e 1%, respectivamente. No período de 2018 a 2022, a taxa de homicídio de mulheres na Colômbia, conforme reportada pela polícia, diminuiu em 10%.

Figura 3. Evolução da taxa de homicídio de mulheres na Colômbia por cada 100 mil (2017-2022)



Fonte: Instituto Igarapé, com base nos dados da Plataforma EVA, que agrega dados da DANE e da Polícia Nacional.

Dados de 2022 da Polícia Nacional¹² mostram que as mulheres jovens de 15 a 29 anos são as mais vulneráveis a homicídios, com uma taxa de 5,3 por cada 100 mil. Esse número é superior à taxa de 3,3 para a população feminina em geral. O grupo etário que teve o maior aumento (+9%) de homicídios entre 2018 e 2022 foi o de 30 a 44 anos. Em 2022, 68% dos homicídios foram cometidos com armas de fogo, representando um aumento de 10% nos últimos 5 anos.

Em 2022, os estados com as taxas mais elevadas de homicídios de mulheres foram Arauca (16,4/100 mil mulheres), Guaviare (9,3), Cauca (8,1) e Putumayo (7,1). Esses estados têm sido fortemente impactados por grupos armados, tanto durante quanto após o conflito.¹³

Uma análise mais detalhada revela que, nos municípios mais afetados pelo conflito (PDET),¹⁴ a taxa de homicídios femininos em 2022 é de 7,07 por 100 mil, 156% superior à do restante do país (2,76). Entre 2021 e 2022, as áreas impactadas pelo conflito tiveram um aumento de 5% na taxa de homicídios femininos, enquanto houve uma redução de 1% no restante do país.

No ano seguinte ao acordo de paz, 2017, o homicídio de mulheres nos territórios mais impactados pelo conflito aumentou em 8%, com uma dinâmica oposta ao restante do país, que registrou uma redução de 9%. Essa tendência se acentuou em 2018, quando os homicídios em municípios PDET aumentaram 27%, enquanto o restante do país teve uma redução de 12%.

Em 2019, ocorreu uma redução de 4% nesses territórios, contra 2% no restante do país. Já 2020 (ano que teve uma dinâmica diferente devido às restrições no contexto da pandemia de Covid-19), registrou uma forte queda (-16%) que se traduziu em menos 8%¹⁵ de homicídios em territórios de conflito. Na sequência, os homicídios no país aumentaram 8%. No período 2021-22, os homicídios nos territórios mais afetados pelo conflito aumentaram +5%, em contraste com uma mínima redução no resto do país de -1% (ver Figura 4).

Houve um forte aumento da vitimização de mulheres em territórios afetados pelo conflito entre 2017 e 2018 (+27%), ano imediatamente posterior à assinatura do acordo de paz, em comparação com uma redução de 12% no resto do país. **Para todo o período entre 2022 e 2018, enquanto para o resto do país a taxa de homicídios de mulheres se reduziu em 12%, nos municípios afetados por conflito diminuiu 6%**,¹⁶ evidenciando que o esgotamento dos dividendos da paz é mais forte nestes territórios do que no resto do país. Veja na figura 6 as regiões PDET (mais afetadas pelo conflito) e as variações na sua taxa de homicídios de mulheres em 2022.

O aumento da vulnerabilidade relativa nos municípios PDET, incluindo as mulheres, pode estar relacionado com a precária presença institucional após o acordo de paz, com as altas taxas de impunidade, além da continuidade das disputas territoriais sobre rendas ilícitas, como cultivos e mineração ilegal, envolvendo tanto dissidências quanto outros grupos de crime organizado presentes no território.¹⁷

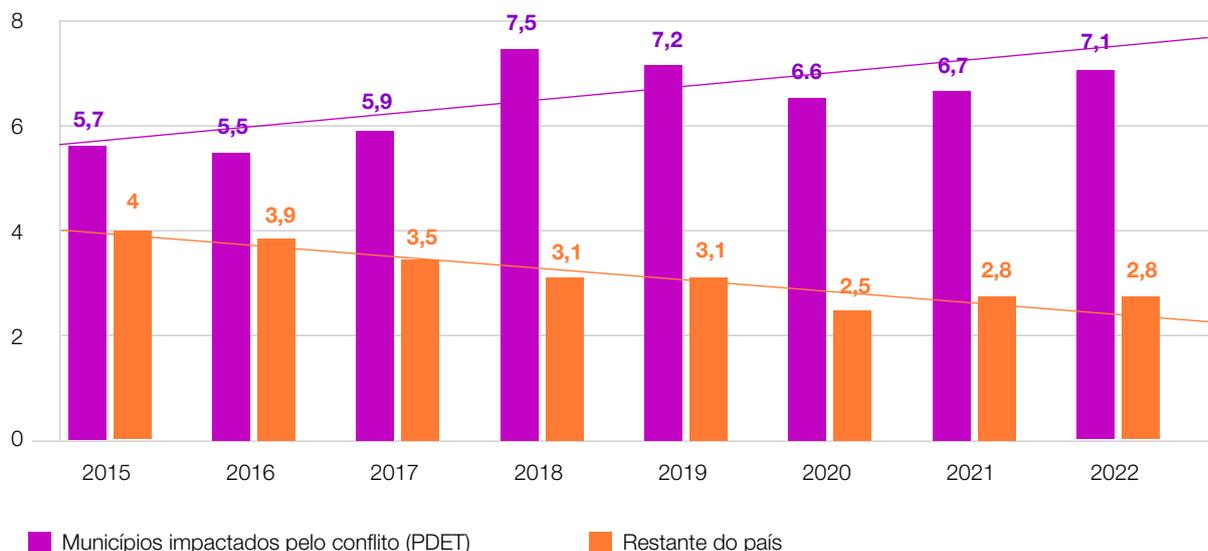
Figura 4. Indicadores da evolução da taxa de homicídios de mulheres (2015-2022)

	Número de homicídios de mulheres			Taxa de homicídios de mulheres por cada 100 mil			Taxa de mudança anual (%)		
	Municípios afetados pelo conflito (PDET)	Resto	Total país	Municípios afetados pelo conflito (PDET)	Resto	Total país	Municípios afetados pelo conflito (PDET)	Resto	Total país
2015	175	831	1006	5,72	4,04	4,26			
2016	169	806	975	5,45	3,87	4,08	-5%	-4%	-4%
2017	186	747	933	5,91	3,54	3,85	8%	-9%	-6%
2018	241	670	911	7,51	3,12	3,69	27%	-12%	-4%
2019	236	673	909	7,18	3,06	3,60	-4%	-2%	-2%
2020*	222	560	782	6,62	2,5	3,03	-8%	-18%	-16%
2021	228	632	860	6,71	2,78	3,29	1%	11%	8%
2022	243	634	877	7,07	2,76	3,32	5%	-1%	1%
Mudanças 2018-2022	1%	-5%	-4%	-6%	-12%	-10%			

Fonte: Instituto Igarapé, com base nos dados da Plataforma EVA, que agrega dados da Polícia Nacional da Colômbia.

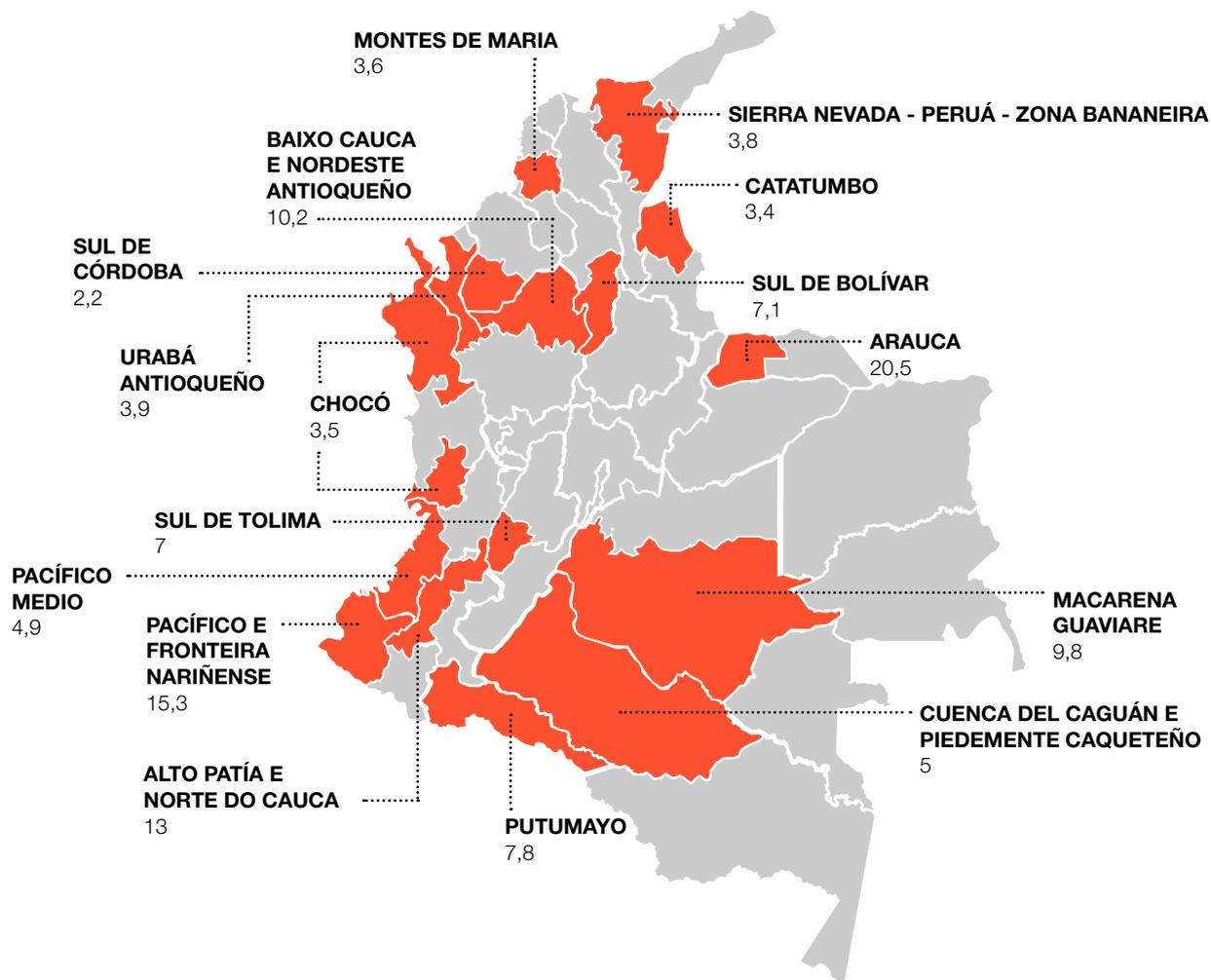
*O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento por causa da Covid-19.

Figura 5. Evolução da taxa de homicídios de mulheres na Colômbia por cada 100 mil, regiões impactadas pelo conflito e o restante (2015-2022)



Fonte: Instituto Igarapé, com base nos dados da Plataforma EVA, que agrega dados da Polícia Nacional da Colômbia.

Figura 6. Mapa da taxa de homicídios de mulheres por cada 100 mil, regiões PDET (2022)



Fonte: Instituto Igarapé, com base nos dados da Plataforma EVA, que agrega dados da Polícia Nacional da Colômbia.

Dados sobre feminicídio¹⁸ da Polícia Nacional registram 167 mulheres assassinadas no país em razão de seu sexo em 2022, o que representa uma taxa de 0,6 por cada 100 mil mulheres, uma redução de 2% desde 2018. Entre 2018 e 2022, 884 mulheres foram assassinadas por feminicídio.

As cifras de violência letal comunicam apenas parte da realidade da violência vivida pelas mulheres, uma vez que a literatura indica que os assassinatos de mulheres costumam ser a fase final de uma série de agressões.¹⁹ Na próxima seção, destacamos o panorama dos últimos cinco anos em relação a este tipo de violência contra as mulheres.

2. Violências não letais: o retorno ao caminho pré-Covid-19 e os impactos específicos da violência sexual nos territórios em conflito

As mulheres são as principais vítimas de todas as formas de violência, exceto as letais. Os dados sobre violência letal costumam ser os mais utilizados quando se aborda o tema da violência, mas isso acaba deixando em segundo plano outras manifestações de violência que são reflexo do sistema de desigualdade estrutural ao qual as mulheres estão expostas.

Na Colômbia, o sistema de saúde²⁰ registrou o atendimento de 380 mil casos de violência de gênero contra mulheres no período de 2017 a 2021. Em 2021, 314 mulheres por cada 100 mil na Colômbia foram afetadas por violência de gênero não letal.

Do total de registros de violências contra mulheres entre 2017 e 2021, 59% são casos de violência física, seguidos por violência sexual (31%) e psicológica (10%), sendo a violência psicológica a que mais aumentou no período de 2017 a 2021 (+58%). As outras formas de violência também tiveram aumento no mesmo período, com altas de 21% para a violência física e 14% para a violência sexual.

2.1. Violência Física

De acordo com a Lei 1.257,²¹ de 2008, a violência física é definida como "dano ou sofrimento físico, bem como risco ou diminuição da integridade corporal de uma pessoa". O Sistema de Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar (SIVIGILA) registrou cerca de 50 mil casos de mulheres vítimas de violência física em 2021, o que representa 184 por cada 100 mil mulheres no país, e um aumento de 21% em relação a 2017.

Figura 7. Registros, taxa por 100 mil mulheres e o percentual de violência física sobre o total de violências contra mulheres na Colômbia (2017-2021)

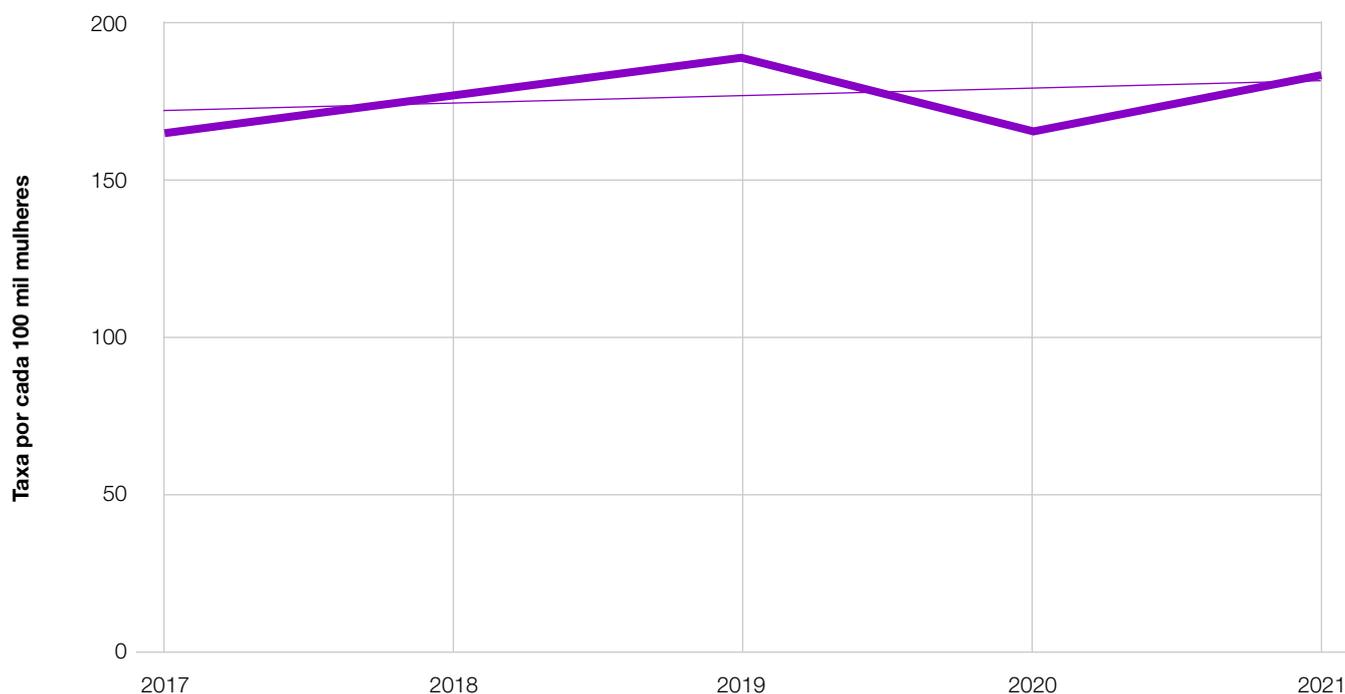
Ano	Registros	Taxa sobre cada 100 mil mulheres	Percentual sobre total de violências
2017	39.944	164,9	59%
2018	43.528	176,3	57%
2019	47.477	187,9	58%
2020*	43.511	168,8	60%
2021	48.191	184,4	59%
Mudanças 2021-2017	21%	12%	

Fonte: Dados sobre casos de Saúde Pública e Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar (SIVIGILA, recebida por solicitação), do Instituto Nacional de Saúde.

*O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento provocado pela Covid-19.

A taxa de violência física em 2021 foi mais alta para a faixa de 15-29 anos (350 por cada 100 mil mulheres), e o objeto cortante foi o instrumento de agressão mais utilizado (65%). O principal agressor identificado foi o parceiro atual (45%), seguido pelo ex-parceiro (21%).

Figura 8. Taxa de violência física por cada 100 mil mulheres (2017-2021)



Fonte: Dados sobre casos de Saúde Pública e Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar (SIVIGILA, recebida por solicitação), do Instituto Nacional de Saúde. O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento provocado pela Covid-19.

Em 2021, os estados com a maior taxa de violência física foram Vaupés (469 por 100 mil mulheres) e Amazonas (433 por cada 100 mil mulheres),²² seguidos por Huila (339 por cada 100 mil mulheres), Quindío (316 por cada 100 mil mulheres) e Putumayo (277 por cada 100 mil mulheres). Entre 2017 e 2021, os estados que apresentaram os maiores aumentos na taxa foram Guainía (de 68 para 209 por cada 100 mil mulheres, com aumento de 207%), Bogotá D.C (de 43 para 117 para cada 100 mil mulheres, um aumento de 173%) e Putumayo (de 167 para 277 por cada 100 mil mulheres, um aumento de 66%).²³

2.2. Violência Sexual

Segundo a Lei 1.257, de 2008, a violência sexual é definida como “qualquer ato que obrigue uma pessoa a ter contato físico ou verbal de natureza sexual, ou a participar em outras interações sexuais mediante o uso de força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro meio que anule ou limite a vontade pessoal. Também é considerado dano ou sofrimento sexual o ato de a pessoa agressora forçar a vítima a realizar algum destes atos com terceiros”.

Mais de 24 mil casos de mulheres vítimas de violência sexual foram registrados pelo Sistema de Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar (SIVIGILA) em 2021. Isso representa uma taxa de 92 por cada 100 mil mulheres, indicando um aumento de 14% em comparação a 2017.

Figura 9. Registros, taxa por 100 mil mulheres e percentual de violência sexual sobre o total de violências contra mulheres na Colômbia (2017-2021)

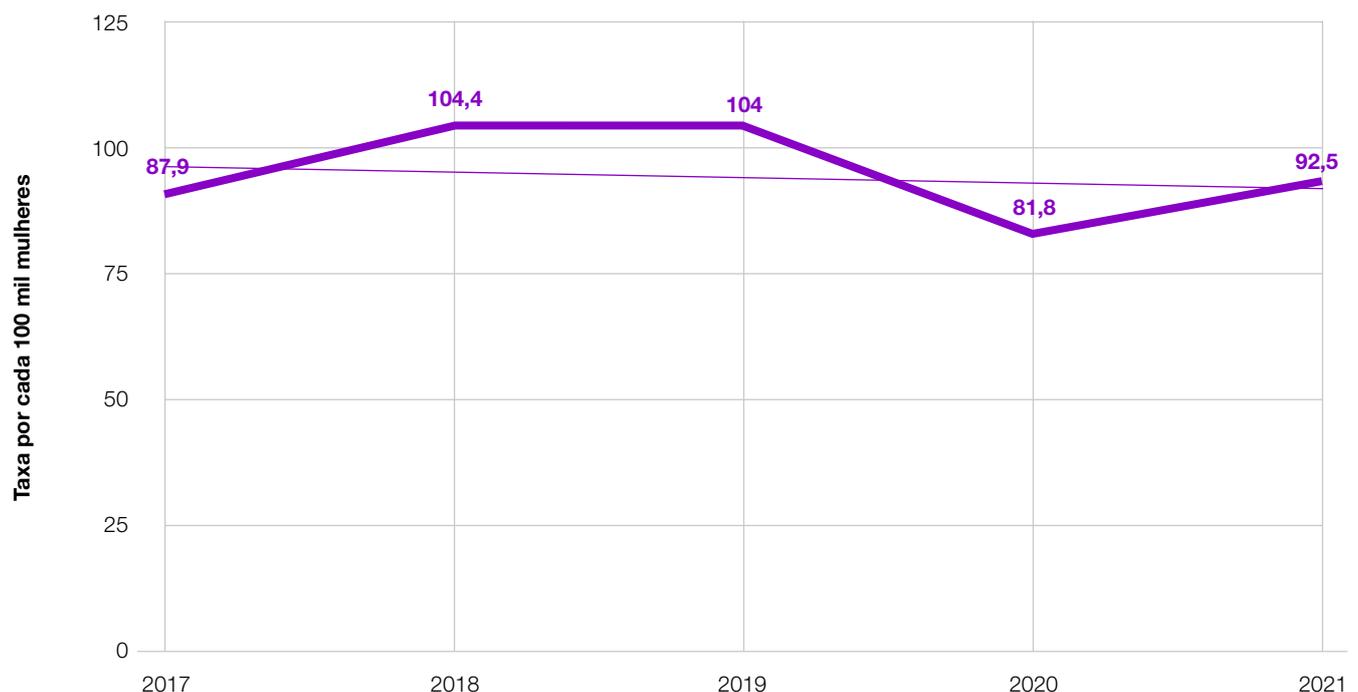
Ano	Registros	Taxa sobre 100 mil mulheres	Percentual sobre o total de violências
2017	21.294	87,9	32%
2018	25.770	104,4	34%
2019	26.281	104	32%
2020*	21.094	81,8	29%
2021	24.179	92,5	29%
Mudança 2017 - 2021	14%	5%	

Fonte: Dados sobre casos de Saúde Pública e Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar (SIVIGILA, recebida por solicitação), do Instituto Nacional de Saúde.

*O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento provocado pela Covid-19.

Os dados sobre meninas e jovens mulheres vítimas de violência sexual são alarmantes. Em 2021, 32% das vítimas de violência sexual registradas eram jovens entre 15 e 29 anos, enquanto 58% eram meninas menores de 14 anos, evidenciando uma distribuição etária diferente quando comparada a outros tipos de violências. Isso indica que, em 2021, cerca de 90% das vítimas desse tipo de violência estavam na faixa de 0 a 29 anos. Portanto, em 2021, foram registradas 273 meninas menores de 14 anos por cada 100 mil como vítimas de violência sexual, e 103 mulheres de 15 a 29 anos por cada 100 mil, em contraste com a taxa geral de 92 por cada 100 mil da população total feminina.

Figura 10. Taxa de violência sexual por cada 100 mil mulheres (2017-2021)



Fonte: Dados sobre casos de Saúde Pública e Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar (SIVIGILA, recebida por solicitação), do Instituto Nacional de Saúde. O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento provocado pela Covid-19.

Em relação aos agressores, dados de 2021 indicam uma mudança no padrão em comparação a outros tipos de violência, com pessoas conhecidas (27%) e desconhecidas (26%) sendo os principais agressores, em vez de parceiros.

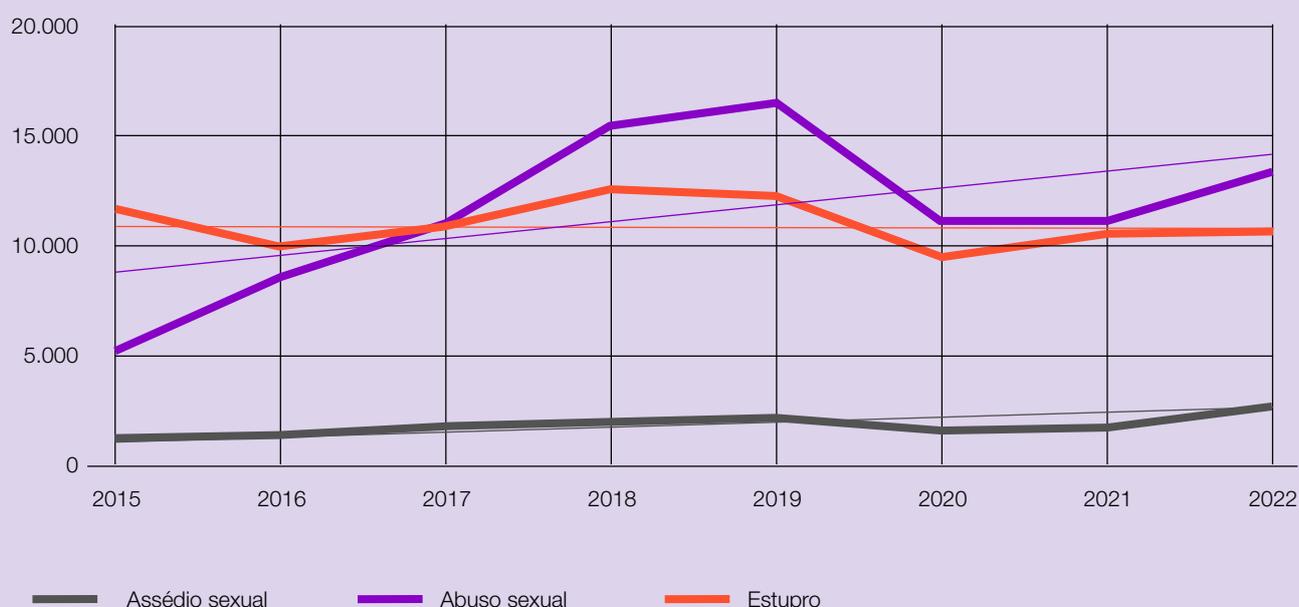
Em 2021, os estados com as taxas mais elevadas de violência sexual foram Amazonas (306 por cada 100 mil mulheres), Vaupés (210), Guaviare (177) e Quindío (154).

Crimes sexuais nos dados da Polícia Nacional

Os dados da Polícia Nacional²⁴ detalham a natureza das agressões sexuais contra mulheres na Colômbia, abrangendo desde assédio²⁵ e abuso sexual²⁶ até estupro (conjunção carnal violenta).²⁷ Entre essas formas de violência sexual, o assédio sexual tem o menor número de registros, com cerca de 3.000 casos em 2022, porém é o que mais cresceu no período analisado (+28% entre 2018 e 2022). Tanto o abuso sexual quanto os estupros mostraram uma diminuição nos registros durante esse período (-19% e -14%, respectivamente).

A queda nos registros de ocorrências entre 2019 e 2020 pode estar relacionada tanto à diminuição dos registros durante a pandemia quanto à menor exposição das mulheres em espaços públicos.²⁸ Assim como ocorre com a maioria das outras estatísticas criminais, os crimes sexuais voltaram a aumentar a partir de 2021.

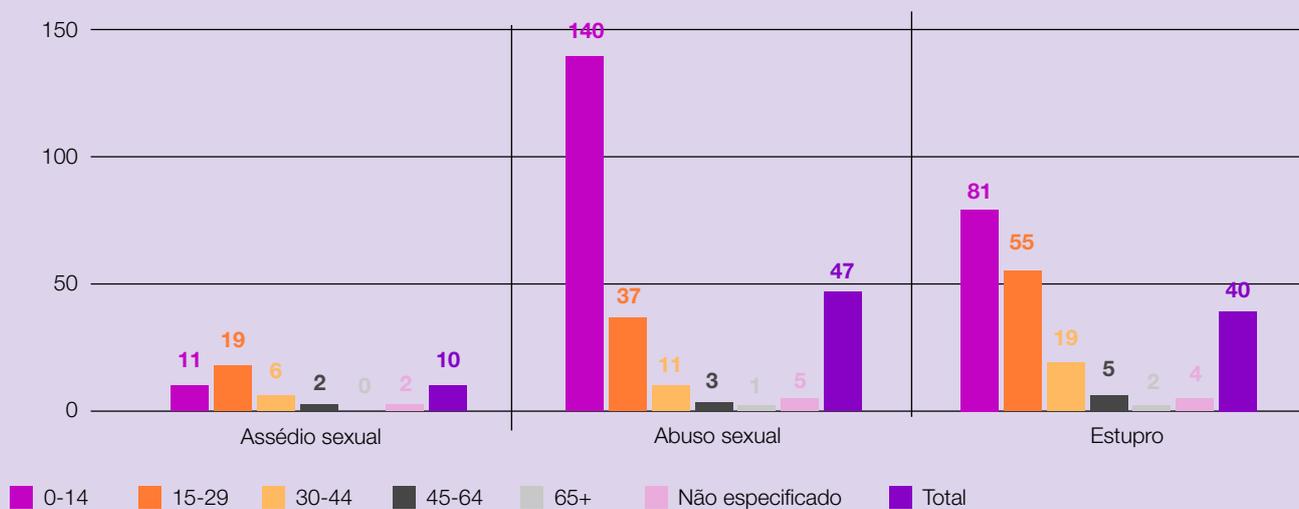
Figura 11. Evolução do número de crimes sexuais contra mulheres na Colômbia (2015-2022)



Fonte: Instituto Igarapé, com base nos dados da plataforma EVA e nos registros da Polícia Nacional. O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento provocado pela Covid-19.

O assédio sexual está concentrado principalmente em mulheres jovens (15-29 anos), com 45% dos casos em 2022, o que representa uma taxa de 19 por cada 100 mil, contrastando com uma taxa geral de 10 para todos os grupos etários. No caso do abuso sexual, as agressões estão em sua maioria concentradas em meninas e jovens menores de 14 anos, que representam 65% dos casos e uma taxa de 140 por cada 100 mil meninas e jovens dessa faixa etária, uma taxa significativamente mais alta do que a geral de 47 por cada 100 mil mulheres. Da mesma forma, quase metade dos estupros ocorre em jovens e meninas menores de 14 anos (44%, taxa de 81 por cada 100 mil meninas e jovens desse grupo etário), assim como em jovens de 15 a 29 anos que concentram outros 32% (taxa de 55).

Figura 12. Comparação das taxas de crimes sexuais específicos por grupo etário de mulheres por cada 100 mil (2022)

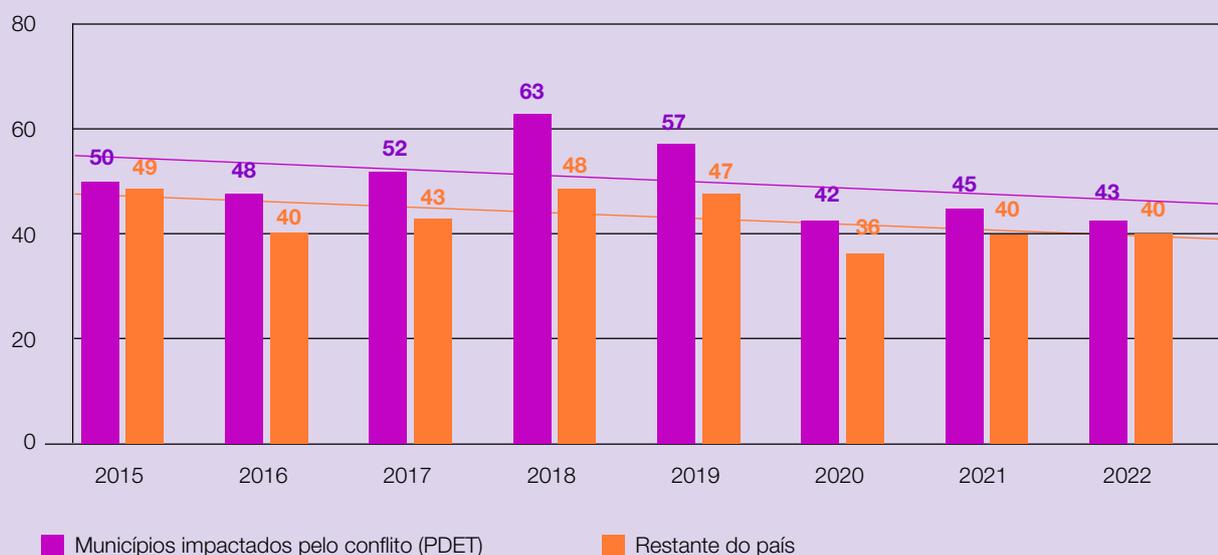


Fonte: Instituto Igarapé, com base nos dados da plataforma EVA e nos registros da Polícia Nacional

Observa-se que o estupro (atentado violento ao pudor) tem um impacto proporcionalmente maior nos municípios mais afetados pelo conflito: em 2022, a taxa por cada 100 mulheres nos municípios PDET foi de 43, em comparação com uma taxa geral de 40. A diferença em relação às taxas de estupro aumentou significativamente nos anos posteriores ao acordo de paz, com a taxa de estupros em territórios de conflito sendo 31% mais alta do que no restante do país em 2018 (63 contra 48).

A discrepância nas taxas de estupro vem diminuindo nos últimos anos: em 2018, a diferença entre as taxas de estupros nos municípios de conflito e o restante do país era de 15 pontos, mas em 2019 ela se reduziu para 10 pontos e, em 2022, caiu para apenas 3 pontos. Como frequentemente salientado na literatura internacional²⁹ e nacional,³⁰ as violências de gênero são as mais comuns no pós-conflito. Porém, no caso colombiano, observa-se que, a médio prazo (depois de 2020), a diferença nas taxas de estupro começou a diminuir, aproximando-se das taxas observadas no restante do país.

Figura 13. Evolução da taxa de estupro de mulheres na Colômbia, as regiões impactadas pelo conflito e demais regiões (2015-2022)



Fonte: Instituto Igarapé, com base nos dados da plataforma EVA e nos registros da Polícia Nacional. O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento provocado pela Covid-19.

Com informações complementares àquelas disponíveis na Plataforma EVA, um estudo realizado pela organização Dejusticia mostra que 103 dos 170 municípios PDET "mantiveram taxas de violência sexual no patamar de 60,6% ao longo dos últimos dez anos".³¹

Durante o prolongado conflito armado na Colômbia, foram documentadas violências sexuais sistemáticas por todos os atores envolvidos, como detalhado no relatório do Centro Nacional de Memória Histórica.³² A perpetuação da violência de gênero, especialmente a sexual, como um instrumento de controle social é um padrão reconhecido no país, incluindo a normalização da violência, que se reflete na "continuação das práticas impostas pelos grupos armados, particularmente nos espaços públicos e no que diz respeito às relações interpessoais e normas de comportamento". No entanto, a análise apresentada aqui indica que tais práticas não podem se perpetuar indefinidamente, evidenciando a necessidade de compreender melhor as dinâmicas da violência sexual nos frágeis territórios pós-conflito e suas evoluções a médio e longo prazo.

2.3. Violência Psicológica

De acordo com a Lei 1.257, de 2008, a violência psicológica é definida como “a consequência resultante da ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outras pessoas, por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique em prejuízo na saúde psicológica, na autodeterminação ou no desenvolvimento pessoal”. Com quase 10 mil registros em 2021, a violência psicológica é a que mais aumentou desde 2017 (+58%).

Figura 14. Registros, taxa por 100 mil mulheres e percentual de violência psicológica sobre o total de violências contra as mulheres na Colômbia (2017-2021)

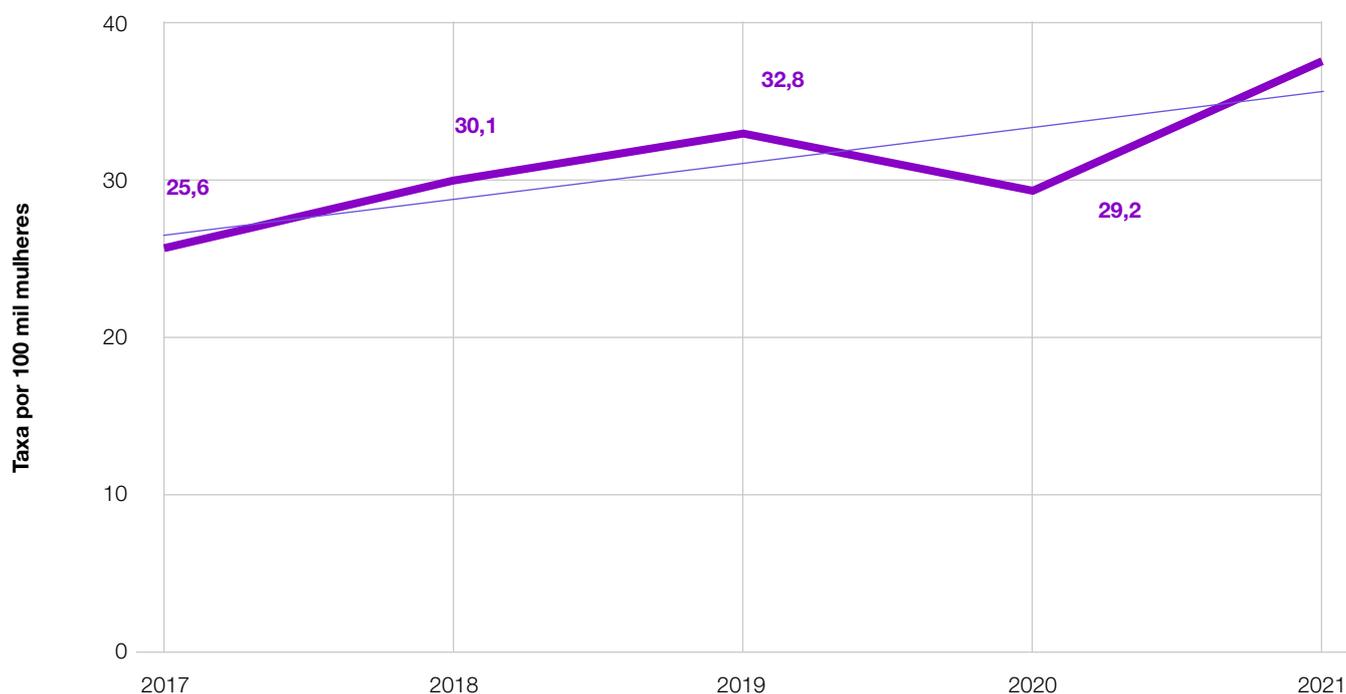
Ano	Registros	Taxa sobre 100 mil mulheres	Percentual sobre o total de violências
2017	6.202	25,6	9%
2018	7.439	30,1	10%
2019	8.297	32,8	10%
2020*	7.534	29,2	10%
2021	9.824	37,6	12%

Fonte: Dados sobre casos de Saúde Pública e Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar (SIVIGILA, recebida por solicitação), do Instituto Nacional de Saúde.

*O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento provocado pela Covid-19.

Em 2021, foi registrada uma taxa de 37,6 por cada 100 mil mulheres vítimas no sistema de saúde da Colômbia. As faixas etárias de 15 a 29 anos e de 30 a 44 anos representam cerca de 30% dos registros cada. Em 36% dos casos, o agressor foi o parceiro atual, e em 24% dos casos, o ex-parceiro. Os estados com as maiores taxas de violência psicológica são Cundinamarca (112 por cada 100 mil mulheres), Huila (96), Quindio (87) e Antióquia (84).

Figura 15. Taxa de violência psicológica por cada 100 mil mulheres (2017-2021)



Fonte: Dados sobre casos de Saúde Pública e Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar (SIVIGILA, recebida por solicitação), do Instituto Nacional de Saúde. O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento provocado pela Covid-19.

2.4. Subnotificação da violência contra mulheres durante pandemia de Covid-19

A queda nos registros de todos os tipos de violência contra as mulheres em 2020 destaca um fenômeno alarmante: a subnotificação de crimes contra mulheres durante a pandemia de Covid-19.³³ Foi notado que, no ano mais desafiador da pandemia, 2020, em meio a um período de confinamento³⁴ no país, houve uma redução significativa nos registros de violência não letal contra mulheres, mas no ano seguinte, os registros aumentaram. Isso sugere que não existe uma representação precisa de como a violência contra as mulheres se comportou durante o período da pandemia.

Figura 16. Registros de violência não letal contra a mulher (2017-2021)

Fonte: Dados sobre casos de Saúde Pública e Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar (SIMGILA, recebida por solicitação), do Instituto Nacional de Saúde. O ano de 2020 foi impactado pelo confinamento provocado pela Covid-19.

Os dados de violência de 2021 mostram um leve aumento em comparação com 2019, o último ano antes da pandemia. Houve um acréscimo de 18% em casos de violência psicológica e 2% em violência física entre 2019 e 2021, enquanto os registros de violência sexual apresentaram uma queda de 8%. Sem dúvida, a pandemia dificultou a denúncia desses crimes, especialmente as situações de violência não letal dentro de casa. A proximidade constante com o agressor, e a restrição para sair de casa, impediram muitas vítimas de reportar os incidentes. Será necessário mais tempo para compreender o impacto da pandemia nas denúncias de violência contra as mulheres, tanto durante o período da pandemia quanto em suas consequências de médio e longo prazo.

Considerações Finais

As principais conclusões deste documento focam na análise das dinâmicas temporais e territoriais das violências letais e não letais que afetaram as mulheres colombianas nos últimos cinco anos, bem como nas principais dinâmicas territoriais que destacam a vulnerabilidade feminina no contexto pós-conflito.

Em relação à violência letal (homicídios) contra mulheres, observou-se uma redução dessa violência no período pós-conflito de 2016 a 2019, seguida por uma queda de 16% em 2020 (relacionada às restrições de mobilidade impostas pela pandemia de Covid-19). Posteriormente, houve um aumento de 8% em 2021 (associado também ao retorno pós-Covid) e um pequeno aumento de 1% de 2021 para 2022. Uma análise focada nos territórios mais vulneráveis no aspecto socioeconômico, bem como impactados pelos conflitos, mostrou uma taxa de homicídios de mulheres acima da média nacional, com uma redução de 50% desses homicídios em comparação com o restante do país entre 2018 e 2022. Além do aumento dos homicídios no último ano, outras formas de violência não letal em 2021 ultrapassaram os níveis de 2019 (ano sem restrições de mobilidade).

Também se destacam as elevadas taxas de estupros nos territórios mais atingidos pelo conflito, especialmente nos anos seguintes ao acordo de 2016. Diferentemente dos homicídios, onde se observa uma tendência de aumento nos municípios de conflito enquanto o país apresenta reduções, as taxas de estupro nos territórios de conflito seguem um padrão similar ao do restante do país, sugerindo que essas dinâmicas podem ser mais generalizadas do que no caso dos homicídios. Isso também reflete a redução da diferença entre os territórios ao longo do tempo.

Esse cenário abre espaço para pesquisas relevantes com o objetivo de compreender melhor as dinâmicas da violência sexual em contextos pós-conflito, enfatizando a necessidade de entender a natureza, extensão e duração dos legados do conflito e as intervenções específicas nesses territórios vulneráveis.

As mulheres enfrentam maior vulnerabilidade nos territórios mais afetados pelo conflito, principalmente aquelas que permaneceram em suas comunidades. Esses locais, não ocupados efetivamente pelo Estado e forças de segurança, são palco de contínuas disputas entre novos e antigos atores em disputa por rendas ilícitas, aumentando a exposição das mulheres a diversas formas de violência, incluindo homicídio, feminicídio e violência sexual, com impactos de curto prazo. Da mesma maneira, tem-se observado um aumento na vitimização de lideranças sociais femininas.³⁵

Notas de Fim

1. Instituto Igarapé (2023). [EVA - Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas](#).
2. Os Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial (PDET) abarcam 170 municípios com elevado índice de pobreza, fragilidade institucional e administrativa, alto grau de impacto do conflito e presença de cultivos ilícitos.
3. United Nations Office on Drugs and Crime (2015). [Recommendations for action against gender-related killing of women and girls](#).
4. A plataforma [EVA - Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas](#), foi desenvolvida pelo Instituto Igarapé com o apoio da UBER
5. Para obter mais detalhes sobre os dados utilizados na plataforma EVA, visite: https://eva.igarape.org.br/metodologia_eva_pt.pdf
6. Instituto Administrativo Nacional de Estatística DANE (2023). [Estadísticas Vitales \(Defunciones\)](#).
7. Lesões não letais da base de dados de eventos de interesse da Saúde Pública (Vigilancia en Salud Pública de la Violencia de Género e Intrafamiliar SIVIGILA, recebida a pedido) do Instituto Nacional de Saúde.
8. Polícia Nacional da Colômbia (2023). [Estadísticas Delictivas del Sistema de Información Estadístico, Delincuencial, Contravencional y Operativo de la Policía Nacional – SIEDCO](#).
9. Instituto Igarapé (2023). [Monitor de Homicídios](#).
10. Para um debate sobre as diferenças nas metodologias e cobertura entre as fontes, explicando a diferença nas quantidades de homicídios reportados anualmente, veja (2023) [Estadísticas fatales: la violencia homicida en Colombia](#). Igualmente, Aguirre y Restrepo (2008) [Los Homicidios en Colombia: Un análisis comparativo de las fuentes de información](#) explicam que o DANE tende a ter historicamente um registro maior de homicídios no país devido a uma maior cobertura do sistema de saúde, principalmente em áreas rurais.
11. Deve-se levar em conta que essa marcada redução está diretamente relacionada com o período de restrição de mobilidade no contexto da pandemia de Covid-19.
12. Por contar com dados mais atualizados até 2022, as análises de homicídios nesta seção continuam com os dados da Polícia Nacional.
13. Centro Nacional de Memória Histórica. <https://micrositios.centrodehistoria.gov.co/observatorio/>
14. São 170 os municípios que integram o Programa de Desenvolvimento com Enfoque Territorial (PDET), por seu alto índice de pobreza, fragilidade institucional e administrativa, alto impacto do conflito e presença de cultivos ilícitos. Os municípios PDET são reconhecidos como os mais afetados pelo conflito, o que não significa que outras regiões não tenham sofrido ataques contra a população civil, bem como confrontos entre grupos estatais e não estatais no contexto do conflito. <https://centralpdet.renovacionterritorio.gov.co/conoce-los-pdet/>.
15. Uma análise mais objetiva da dinâmica dos homicídios nos últimos anos deve considerar o forte impacto da redução dos homicídios em 2020, associado às restrições de mobilidade devido à Covid-19. Neste sentido, ao comparar 2021 com 2019 (um ano sem restrições), a tendência de redução de 9% no território geral se mantém (contra uma redução de 7% nos territórios mais impactados pelo conflito).
16. Para efeito de comparação, observa-se que a diferença nas taxas de homicídios entre territórios impactados pelo conflito e o restante do país também se destaca na população masculina: em 2022, a taxa de homicídios nos municípios PDET atingiu 93,6, enquanto no restante do país foi de 42,7.
17. A Fundação Ideias para a Paz (2022), em seu relatório (2022) [Ni paz ni guerra Escenarios híbridos de inseguridad y violencia en el gobierno de Iván Duque](#), identifica um contexto pós-conflito complexo nos territórios, incluindo a integração e consolidação de dissidências, o aumento da influência do Exército de Libertação Nacional (ELN) e do Clan del Golfo (grupos de autodefesa), bem como a mudança de objetivos estratégicos dos grupos, de uma disputa de poder a nível nacional para uma disputa a nível local.
18. Artigo 104A do [Código Penal Colombiano, Lei 559 de 2000](#): “Aquele que causar a morte de uma mulher, por sua condição de ser mulher ou por motivos de sua identidade de gênero. Ou onde tenha ocorrido ou precedido qualquer circunstância como uma relação familiar, íntima ou de convivência com a vítima; a prática de atos de instrumentalização de gênero; a comissão do crime aproveitando as relações de poder exercidas sobre a mulher; ou atos prévios de terror ou humilhação a quem se considere inimigo; ou antecedentes ou indícios de qualquer tipo de violência em diversos cenários”.
19. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2015). <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2015/05/20-violencia-contra-mulheres-e-meninas-envergonha-todas-as-sociedades-alerta-diretor-executivo-do-unodc.html>
20. Dados sobre Saúde Pública e Vigilância em Saúde Pública da Violência de Gênero e Intrafamiliar SIVIGILA (recebidos por solicitação), do Instituto Nacional de Saúde.
21. A [Lei 1257](#), de 2008, estabeleceu “normas de sensibilização, prevenção e punição para os tipos de violência e discriminação contra as mulheres, reformas dos Códigos Penal e de Procedimento Penal, da Lei 294 de 1996, entre outras disposições”. Função Pública (2008).
22. Deve-se levar em conta que Vaupés e Amazonas são estados com populações pequenas (menos de 40 mulheres em 2021),

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA COLÔMBIA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

contextos particulares no pós-conflito para homicídios e violência sexual

o que impacta as altas taxas de violência calculadas.

23. Assim como na nota anterior, as mudanças em Guainía devem ser analisadas com cuidado devido à sua baixa população (24.776 mulheres em 2021).
24. Deve-se considerar que os dados dessa análise são do sistema de segurança e se referem a registros baseados no código penal, e que não são diretamente comparáveis com outros dados nesta seção que relatam o atendimento das violências no sistema de saúde.
25. Segundo os artigos 206/209/2011 do [Código Penal Colombiano, Lei 559 de 2000](#), o ato sexual “se configura quando o sujeito ativo, 'em benefício próprio ou de terceiros', se aproveita de a.) sua superioridade manifesta ou b.) relações de autoridade ou de poder por idade, sexo, posição laboral, social, familiar ou econômica, para assediar ou hostilizar outra pessoa, com fins sexuais não consentidos por esta”.
26. Segundo os artigos 206/209/2011 do [Código Penal Colombiano, Lei 559 de 2000](#), o ato sexual "se configura quando se realiza qualquer ato com conteúdo sexual, que não constitua acesso carnal no sentido do Art. 212. Evidentemente, a conduta que aqui se sanciona é outra manifestação do contato sexualizado não consentido”.
27. Segundo o artigo 212 do [Código Penal Colombiano, Lei 559 de 2000](#), entende-se por acesso carnal a penetração do membro viril por via anal, vaginal ou oral, assim como a penetração vaginal ou anal de qualquer outra parte do corpo humano ou outro objeto.
28. Deve-se considerar a maior exposição das mulheres à violência dentro de casa, que não é incluída nos registros da polícia. Uma análise realizada pelo Instituto de Medicina Legal da Colômbia (2021) sobre a [violência intrafamiliar durante a pandemia de COVID-19](#) mostrou que, em março e abril de 2020, as chamadas para as linhas de atendimento à violência aumentaram 142%.
29. The Diplomatic Insight (2023). [Gender-Based Violence in Conflict and Post-Conflict Zones](#).
30. Fundación Ideas para la Paz (2019). [Violencias de género: legados del conflicto armado y desafíos para la paz](#).
31. Martínez, M (2018). [La violencia sexual en los municipios priorizados para la paz](#). De Justicia.
32. Centro Nacional de Memória Histórica (2017). La guerra inscrita en el cuerpo.
33. O Instituto Igarapé já explorou esse fenômeno em um estudo baseado em dados da plataforma EVA sobre o Brasil, no Artigo Estratégico 51: ['Violencia contra las mujeres: cómo la pandemia silenció un fenómeno ya silencioso'](#). Nesse estudo, as autoras destacam como a violência contra as mulheres, tradicionalmente um fenômeno silencioso, foi ainda mais silenciada durante a pandemia, devido ao impacto do isolamento social nos casos de violência contra as mulheres e nos registros desses eventos.
34. Parlamento Andino (2022). [Principales medidas adoptadas por el gobierno colombiano frente a la emergencia provocada por la COVID-19](#).
35. De acordo com o programa Somos Defensores (2020) [Informe Especial Defensoras Voces de Vida y Resistencias](#) entre 2013 e 2019, o Sistema de Informação sobre Agressões contra Pessoas Defensoras de Direitos Humanos na Colômbia registrou agressões contra 1.336 lideranças femininas. Esses incidentes aumentaram ao longo do tempo, especialmente nos últimos anos e no contexto da implementação do Acordo de Paz.

Ficha Técnica

Pesquisa

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Vivian Calderoni
Coordenadora de Programas e Pesquisa

Marina Alkmim
Pesquisadora

Katherine Aguirre Tobón
Pesquisadora

Edição

Débora Chaves
Editora de Publicações

Projeto Gráfico

Raphael Durão
Coordenador Criativo

Murilo Xavier Lima
Designer



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Apoio:

Uber

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

instagram.com/igarape_org

www.igarape.org.br

www.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank